

## EDITAL

### CONCORRÊNCIA Nº 1011.01/2021-CP

**LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO NA RUA DE ACESSO A PRAIA DA BARRINHA, JUNTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA NO MUNICÍPIO DE ACARAU/CE, DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAU/CE**, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada através da Portaria nº 025/2021 de 06 de abril de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local abaixo previstos, abrirá licitação, na modalidade Concorrência, no tipo "**MENOR PREÇO GLOBAL**" em Regime de Execução Indireta, "Empreitada por Preço Global", na forma do Art. 10, inciso II, alínea "a", da Lei 8.666/93 para atendimento do objeto desta licitação, de acordo com as condições estabelecidas nesta Concorrência, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 de 21.06.93, e suas alterações posteriores e em consonância com as demais normas legais em vigor e ainda na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores.

O presente Edital poderá ser adquirido no Site: [www.tce.ce.gov.br/licitações](http://www.tce.ce.gov.br/licitações) conforme IN-04/2015 e na sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua Major Coelho, 185, Centro - CEP: 62580-000 - ACARAU/CE, no horário de 8:00 as 12:00h e de 14:00 às 17:00 de Segunda a Sexta-feira, poderão ser obtidas informações, ainda, pelo telefone/E-Mail: (88) 3661.4323 - Comissão Permanente de Licitação; [licitacao@acarau.ce.gov.br](mailto:licitacao@acarau.ce.gov.br).

#### **HORA, DATA E LOCAL:**

OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS serão recebidos em sessão pública marcada para:

**ÀS 09:00 HORAS  
DO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2021**

**NO ENDEREÇO: RUA MAJOR COELHO, 185, CENTRO – CEP: 62580-000 – ACARAÚ/CE – CE - SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA.**

Constituem parte integrante desta Concorrência, independente de transcrição os seguintes anexos:

- ANEXO I – MODELO DE CARTA PROPOSTA PADRÃO;**
- ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO;**
- ANEXO III – MEMORIAL DESCRITIVO - PLANO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PLANILHA DE CUSTO, BDI E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;**
- ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR;**
- ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL;**
- ANEXO VI - DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;**
- ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

#### **1.0 - DO OBJETO E VALOR ESTIMADO**

- 1.1- A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO NA RUA DE ACESSO A PRAIA DA BARRINHA, JUNTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ/CE.**
- 1.2- O valor estimado para objeto acima é de **R\$ 1.115.953,86 (um milhão cento e quinze mil novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos)**, e foi calculado a partir do orçamento básico anexo deste Edital.

#### **2.0 - DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

##### **2.1 - RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 2.1.1 - Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena(s) de suspensão, que lhe(s) tenha(m) sido aplicada(s) neste município, por força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 2.1.2 - Não poderá participar empresa com falência decretada;
- 2.1.3 - É vedada a participação em consórcio, à subcontratação parcial ou total para a execução do objeto desta licitação;
- 2.1.4 - Quando um dos sócios representantes ou responsáveis técnicos da Licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório, sob pena de inabilitação de ambas a critério da Comissão.

2.1.5 - Não será admitida a participação de interessados sob forma de consórcio ou grupo de empresas;

2.1.6 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

2.1.7 - Caso ocorra a identificação constante do item 2.1.4, quando verificada após a abertura dos envelopes de HABILITAÇÃO, tornará inabilitada as referidas empresas, que não poderão participar da fase posterior da sessão, pois o fato implica na quebra do sigilo das propostas, contrariando o observado no art. 3º da Lei 8.666/93.

2.1.8 - É expressamente vedada a participação de empresas que tenham sócios ou empregados que sejam servidores ou agentes políticos do município de ACARAÚ/CE ou, ainda e especialmente que sejam membros da Comissão de Licitação.

## 2.2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÕES

2.2.1 Poderá participar do presente certame licitatório qualquer pessoa jurídica, devidamente habilitada a executar o objeto desta licitação, formalmente escolhida e legitimamente interessada, na forma do que dispõe o § 1º do art. 22 da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

2.2.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte terão tratamento diferenciado previsto na lei Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores.

2.2.2.1. Declaração de Enquadramento da ME ou EPP expedida pela Junta Comercial comprovando que a empresa participante está registrada naquele órgão, e que se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, emitida em data não superior a 30 (trinta) dias da data marcada para abertura da licitação;

a) A documentação exigida no item 2.2.2.1 deverá estar contida no envelope "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".

2.2.2.2 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que não apresentarem os documentos constantes no item 2.2.2.1 deste Edital conforme o caso no ENVELOPE "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" estarão abrindo mão do tratamento diferenciado lhes concedido pela Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, e suas alterações posteriores.

## 3.0 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Os Documentos de Habilitação em 01 (uma) via, deverão ser entregues, contidos em invólucro opaco e fechado com cola e/ou de forma tal que torne detectável qualquer intento de violação de seu conteúdo, estes trazendo na face o seguinte sobrescrito, conforme abaixo:



**À PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAU/CE  
CONCORRÊNCIA Nº 0000.00/2021-CP  
OBJETO: \_\_\_\_\_  
ENVELOPE "A" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
NOME DO PROPONENTE**

**3.2 - DA HABILITAÇÃO**

**3.2.1 - PARA HABILITAÇÃO NESTA LICITAÇÃO SERÁ EXIGIDA A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:**

3.2.1.1 a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de todos os aditivos, ou se for o caso do último aditivo consolidado, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores.

b) Registro comercial, no caso de empresa individual.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

3.2.1.2 – Cópia autenticada em Cartório ou cópia simples acompanhado da original da Cédula de Identidade de todos os sócios, diretores ou do empresário individuais, no caso de sociedade anônima pode ser apresentada a cópia da cédula de identidade de seus administradores, membros de conselho de administração e da diretoria acompanhadas dos atos que os nomearam.

**3.2.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

3.2.2.1 - Prova de inscrição do **CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA (CNPJ)**, da mesma licitante que irá executar o objeto licitado.

3.2.2.2 - Prova de **INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTE MUNICIPAL**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente Licitação;

3.2.2.3 - Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Federal** a qual deverá ser feita através da certidão conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 02/10/2014.

3.2.2.4 - Prova de regularidade fiscal junto à **Fazenda Estadual** de seu domicílio;

3.2.2.5 - Prova de regularidade fiscal junto à **Fazenda Municipal** de seu domicílio (Certidão Negativa de Débitos Gerais ou ISS).

3.2.2.6 - **PROVA DE REGULARIDADE RELATIVA AO FGTS** (Fundo de Garantia por tempo de Serviço) demonstrando situação regular.

3.2.2.7 - **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3º da Lei 12.440 de 7/07/2011. site: [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br).

### 3.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.3.1- Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, que conste responsável (eis) técnico(s) com aptidão para desempenho de atividade pertinente ao objeto da licitação.

3.3.2 - **CAPACITAÇÃO TÉCNICA – PROFISSIONAL** Comprovação da licitante de possuir, como Responsável Técnico: 01 (um) Engenheiro Civil, em seu quadro permanente, devidamente habilitado e reconhecido pelo CREA, detentor de **CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO**.

3.3.3 - Vedada a participação de profissional como responsável técnico de mais de uma licitante, sob pena de inabilitação sumária de todas as concorrentes.

3.3.4 - Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:

a) O **EMPREGADO**, comprovando-se o vínculo empregatício através de cópia da "ficha ou livro de registro de empregado" e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, juntamente com comprovação de suas obrigações fiscais.

b) O **SÓCIO**, comprovando-se a participação societária através de cópia do Contrato Social e Aditivos, se houver, devidamente registrado (s) na Junta Comercial.

c) Se **CONTRATADO**, apresentar contrato de prestação de serviço, vigente na data de abertura deste certame, comprovando o registro do responsável técnico da licitante junto ao CREA, acompanhado de declaração ou documento equivalente expedido, também pelo CREA, que indique a relação das empresas em que o profissional contratado figure como responsável técnico.

3.3.5 - Com base no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de ACARAÚ/CE, se reserva o direito de consultar o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), para comprovar o vínculo empregatício do (s) responsável (is) técnico (s) detentor (es) do (s) Atestados/Acervos Técnicos com o licitante.

3.3.6 - O licitante poderá vistoriar o local onde será executada a obra desta licitação para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes, até o último dia útil anterior ao da apresentação das propostas, em companhia de servidor (a) da Secretaria municipal de Educação do Município de ACARAÚ/CE.

3.3.6.1 - A Secretaria municipal de Educação do Município de ACARAÚ/CE coloca-se à disposição para agendamento de visitas ao local da obra, a qual deverá ser agendada no horário de 08:00h às 12:00h e das 14:00h as 17:00h de segunda a sexta feira.

3.3.6.2 - A VISTORIA tem como objetivo a análise do local em que serão realizados os serviços para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelos licitantes, não podendo ser alegado, posteriormente, o desconhecimento do local/instalações onde vão ser executados os serviços/obra, com o intuito de pleitear vantagens.

3.3.6.3 - A declaração de visita técnica poderá ser substituída pela Declaração de pleno conhecimento das condições do local onde será/serão executados os serviços do referido processo em epígrafe.

3.3.7 - "Declaração Formal", sob as penas da Lei, constando a indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

3.3.8 - Declaração de responsabilidade técnica na qual deverá constar a qualificação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços objeto do certame, assinada por todos os indicados e pelo representante legal da licitante, conforme modelo anexo.

### 3.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.4.1 Balanço Patrimonial, assinado por contabilista devidamente habilitado, juntamente com o representante da empresa, onde devem fazer parte as demonstrações do último exercício social, exigíveis e apresentadas na forma da lei.

3.4.1.1 - Entende-se por "forma da lei" o seguinte:

**Quando S.A**, balanço patrimonial devidamente registrado (art. 289, caput e parágrafo 5º, da Lei Federal Nº 6.404/76).

**Quando outra forma societária**, balanço acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (artigo 5º, parágrafo 2º, do Decreto-lei Nº 486/69, autenticado pelo órgão competente do Registro do Comércio), juntamente com a **Certidão de Regularidade Profissional - CRP** do profissional responsável pelo trabalho técnico-contábil, nos termos da Resolução CFC 1.402/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, reservando-se à COMISSÃO o direito de exigir a apresentação do Livro Diário para verificação dos valores, assinados por contador habilitado.

3.4.1.2 - Sociedades constituídas há menos de ano poderão participar do torneio apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da empresa.

3.4.2 - Comprovação de boa situação financeira autenticado pelo órgão competente do Registro do Comércio que será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que um (>1), resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

- 3.4.2.1 - LG = Liquidez Geral
- 3.4.2.2 - LC = Liquidez Corrente
- 3.4.2.3 - SG = Solvência Geral

Onde:

**LG** =  $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

**LC** =  $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

**SG** =  $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

3.4.3 - Apresentar Certidão Negativa de Falência ou de Concordata expedida pelo Distribuidor Judicial, da sede da empresa.

3.4.4 - Capital Social mínimo ou patrimônio líquido, igual ou superior a 10% (dez por cento), do valor estimado da contratação, conforme item 1.2 do edital. A comprovação ser feita através da apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta comercial da Sede da Licitante ou através do Balanço Patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial da Sede da Licitante, de acordo com o dispositivo do art. 31, inciso III, § 2º da lei nº8.666/93;

3.4.5 - Certidão Simplificada e Especifica Emitida Pela Junta Comercial da Sede da Licitante com data de Emissão não Superior a 30 (Trinta) Dias da abertura do Certame;

#### **3.4.6 – DECLARAÇÕES E OUTRAS EXIGÊNCIAS:**

3.4.6.1 - Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 70, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

3.4.6.2 - Declaração expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos.

3.4.6.3 - Declaração expressa do responsável legal do licitante, de que não existe superveniência de fato impeditivo da habilitação ou redução na sua capacidade financeira que venha a afetar as exigências contidas no edital.

3.4.6.4 - A LICITANTE deverá fornecer, a título de informação, número de telefone, fax, e pessoa de contato, preferencialmente local. A ausência desses dados não a tornará inabilitada.

### **3.5 - OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESTA CONCORRÊNCIA PÚBLICA DEVERÃO SER APRESENTADOS:**

3.5.1 - Em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório, exceto para a garantia, quando houver, cujo documento comprobatório deverá ser exibido exclusivamente em original;

3.5.2 - Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão:

### **4.0 DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

4.1. - A Proposta de Preços deverá ser feita em 01 (uma) via, "original" em papel timbrado da Licitante, devidamente assinada pelo seu representante legal e responsável técnico, sendo numerada sequencialmente com os demais documentos componentes das propostas de preços, sem rasuras ou emendas.

4.2 - O prazo de validade da Proposta de Preços, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.3 - O preço deverá ser cotado em moeda nacional, em algarismos e por extenso, com a inclusão de todas as despesas, tais como: impostos, fretes, taxas, seguro e quaisquer outras que forem devidas. Ocorrendo divergências entre os valores, prevalecerão os escritos por extenso.

4.4 - Também acompanharão obrigatoriamente a proposta comercial, como partes integrantes da mesma: Planilhas de Orçamentos, contendo preços unitários e totais de todos os itens de serviço constantes do ANEXO III, juntamente com a Composição de Preços Unitários, para cada serviço constante dos orçamentos apresentados, contendo todos os insumos e coeficientes de produtividade necessários à execução de cada serviço, quais sejam equipamentos, mão-de-obra e ainda a composição de BDI e Cronograma Físico-Financeiro.

4.5 - Tendo em vista que a presente Licitação trata de Empreitada por preço global, o orçamento constante no ANEXO III, servirá apenas de orientação, sendo de responsabilidade da LICITANTE o levantamento dos quantitativos em função das ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS e de vistoria prévia no local dos serviços, não podendo, no entanto, o preço total previsto para os serviços serem superiores aos estabelecidos no orçamento

constante do ANEXO III, que soma em sua **R\$ 1.115.953,86 (um milhão cento e quinze mil novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos)**.

4.6 - Correrão por conta da PROPONENTE vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta.

4.7 - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua entrega.

4.8 - Os erros de soma e/ou multiplicação, bem como o valor total proposto, eventualmente configurados nas Propostas de Preços das PROPONENTES, serão devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, como motivo para desclassificação da proposta.

4.9 - É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir os princípios que regem o procedimento licitatório, conforme estabelece a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

4.10 - A proposta de preços deverá ser entregue à CPL assinada pelo representante legal e rubricada em todos os papéis, em envelope fechado e lacrado, o qual conterá as seguintes indicações:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAU/CE**  
**CONCORRÊNCIA Nº: 0000.00/2021-CP**  
**OBJETO: \_\_\_\_\_**  
**ENVELOPE "B" - PROPOSTA DE PREÇO**  
**NOME DO PROPONENTE:**

## **5.0 DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO**

5.1 - A presente Licitação na modalidade Concorrência será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

5.2 - Após a entrega dos envelopes pelos licitantes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos ou supressões ou esclarecimento sobre o conteúdo dos mesmos;

5.3 - Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pela Comissão deste Município, constarão obrigatoriamente da respectiva Ata;

5.4 - É facultado à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveria constar originariamente da proposta;

5.5 - Será lavrada ata circunstanciada durante todo o transcorrer do processo licitatório, que será assinada pela Comissão de Licitação e os licitantes presentes, conforme dispõe § 1º do art. 43 da Lei de 8.666/93 e suas alterações posteriores;

5.6 - O recebimento dos envelopes contendo os documentos de habilitação e a proposta de preço será realizada no dia, hora e local previsto nesta Concorrência;

5.7 - Recebidos os envelopes "A" DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e "B" PROPOSTA DE PREÇO, proceder-se-á a abertura e a análise dos envelopes referentes à documentação;

5.8 - Em seguida será dada vista dos documentos aos licitantes para que rubriquem e procedam, se quiserem, ao exame e se utilizem às faculdades outras previstas na Lei;

5.9 - A COMISSÃO poderá, ao seu exclusivo critério, proclamar, na mesma sessão, o resultado da habilitação, ou convocar outra para esse fim, ficando cientificados os interessados;

5.10 - Divulgado o resultado da habilitação, a Comissão, após obedecer ao disposto no art. 109, Inciso I alínea "a", da Lei de Licitações, disponibilizará os envelopes de propostas de preço aos licitantes inabilitados;

5.11 - Abertura das propostas das licitantes habilitadas que serão examinadas pela Comissão e licitantes presentes;

5.12 - Divulgação do resultado do julgamento das propostas e observância ao prazo recursal previsto no art. 109, Inciso I alínea "b", da Lei nº 8.666/93.

5.13 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

## 6.0 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

### A - AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE "A"

6.1- Compete exclusivamente à COMISSÃO avaliar o mérito dos documentos e informações prestadas, bem como julgar a capacidade técnica, econômica e financeira de cada PROPONENTE e a exequibilidade das propostas apresentadas.

6.2- A habilitação será julgada com base nos Documentos de Habilitação apresentados, observadas as exigências pertinentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Técnica e à Qualificação Econômica e Financeira, observadas as exigências contidas nesta Concorrência Pública.

6.3- A Comissão de Licitação poderá verificar como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça

([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

6.4- A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de eventual matriz ou filial (cfr. Acórdão TCU nº 1.793/11) e de seu sócio majoritário (cfr. art. 12 da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).

6.5- Constatada a existência de vedação à participação no certame, o Presidente da Comissão reputará o licitante, sendo considerado inabilitado.

## **B - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS – ENVELOPE "B"**

6.6 - A presente licitação será julgada pelo critério, do menor preço global, conforme inciso I, § 1º do art. 45 da Lei das Licitações;

6.7 - Na proposta prevalecerão, em caso de discordância entre os valores numéricos e por extenso, estes últimos.

6.8 - Os erros de soma e/ou multiplicação, bem como o valor total proposto, eventualmente configurados nas Propostas de Preços das proponentes, serão devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, como motivo para desclassificação da proposta.

6.9 - Será declarada vencedora a proposta de menor preço entre as LICITANTES classificadas.

## **6.9 SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS:**

6.9.1 - Que não atenderem as exigências desta Concorrência Pública;

6.9.2 - Que apresentarem preços unitários irrisórios, de valor zero, ou preços excessivos ou inexequíveis;

6.9.3 - Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Concorrência Pública, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

6.9.4 - A proposta vencedora será a de menor preço global, atendidos os critérios estabelecidos nesta Concorrência Pública;

6.9.5 - No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo;

6.9.6 - De conformidade com o parecer da CPL, não constituirá causa de inabilitação nem de desclassificação da proponente a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta e/ou documentação;

6.9.7 - Com preço excessivo, assim entendido como aquele superior ao orçado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAÚ/CE, estabelecido no item 1.2 desta Concorrência Pública.

## 7.0 DA ADJUDICAÇÃO

7.1 - A adjudicação da presente licitação ao licitante vencedor será efetivada mediante termo circunstanciado, obedecida à ordem classificatória, depois de ultrapassado o prazo recursal.

## 8.0 DO CONTRATO

8.1 - Será celebrado instrumento de Contrato, conforme minuta anexa à presente Concorrência Pública, que deverá ser assinado pelas partes no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data da convocação encaminhada à licitante vencedora do certame;

8.2 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o "Termo de Contrato" no prazo estabelecido no subitem anterior, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeito às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

8.3 - Consideram-se como parte integrante do Contrato, os termos da proposta vencedora, seus anexos, bem como os demais elementos concernentes à licitação, que serviram de base ao processo licitatório;

8.4 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o "Termo de Contrato" no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação estabelecida pela Comissão, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8.5 - Para condição de assinatura de contrato a empresa vencedora deverá apresentar registro ou inscrição na entidade profissional competente, dentro do prazo de validade.

## 9.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.2 - Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

9.3 - Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Secretaria de Infraestrutura. Conforme o acordado.

## **10.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 - Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos nesta Concorrência Pública, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

10.2 - Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

10.3 - Utilizar profissionais devidamente habilitados;

10.4 - Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

10.5 - Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção da obra, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

10.6 - Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO;

10.7 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

10.8 - Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual;

10.9 - Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e para fiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAÚ/CE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à Prefeitura de ACARAÚ/CE;

10.10 - Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

10.11 - Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da

prestação dos serviços;

10.12- Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

10.13 - Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

10.14 - Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;

10.15 - A CONTRATADA deverá colocar na obra como residente um Engenheiro Civil com experiência comprovada em execução de serviços semelhantes aos licitados.

10.16 - Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;

10.17 - Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;

10.18 - Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a Secretaria de Infraestrutura, sob pena de retardar o processo de pagamento;

10.19 - Registrar o Contrato decorrente desta licitação junto ao INSS, e apresentar a matrícula correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a Secretaria de Infraestrutura, sob pena de retardar o processo de pagamento;

## 11.0 DA DURAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - O contrato terá prazo de vigência da data de sua assinatura pelo período estabelecido em cada **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**, com o prazo máximo de acordo com cronograma físico-financeiro, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do art. 57 da lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, caso seja justificável.

## 12.0 DOS PRAZOS

12.1 - O prazo de execução do objeto desta Concorrência Pública é definido pelo período estabelecido em cada **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**, com o prazo máximo de acordo com cronograma físico-financeiro, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



12.2 - Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela fiscalização da Prefeitura de ACARAÚ/CE.

12.3 - Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos à Comissão de Licitação, até 05 (cinco) dias antes da data do término do prazo contratual, explicitadas as razões e devidamente fundamentadas.

12.4- Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela Secretaria de INFRAESTRUTURA, não serão considerados como inadimplemento contratual.

### 13.0 A FORMA DE PAGAMENTO

13.1 - O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente, com base em medições aprovadas pela fiscalização da Secretaria de Infraestrutura do Município de ACARAÚ/CE, acompanhado da nota fiscal de serviços, devendo ser apresentada pela contratada até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à execução dos serviços.

13.2 - Os pagamentos mensais dos serviços devidamente atestados, serão efetivados conforme a seguir:

a) O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia a contar da apresentação da nota fiscal, com a efetiva realização dos serviços de acordo com medições e aprovação da fiscalização da Secretaria de Infraestrutura do Município de ACARAÚ/CE, já descontado os Impostos devidos.

b) As medições serão mensais e procedidas até o 5º (quinto) dia útil dos meses subsequentes ao início à execução dos serviços, constante na ordem de serviços.

c) O pagamento da primeira fatura (1ª medição) fica condicionado à apresentação por parte da CONTRATADA dos documentos que seguem:

I - Registro junto CREA, ART - "Anotação de Responsabilidade Técnica" de execução do objeto contratual, conforme lei, perante a Prefeitura Municipal de ACARAÚ/CE, sob pena de retardar o processo de pagamento;

II - Matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS) da Previdência Social, referente ao objeto contratual, com a identificação da obra perante o INSS, conforme **IN do INSS 069/2002**, sob pena de retardar o processo de pagamento;

d) A Contratada por ocasião dos pagamentos ficará obrigada

a apresentar todas as condições de habilitação no que tange a regularidade fiscal exigidas na Lei de Licitações, conjuntamente a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), referente a inscrição CEI do objeto contratual, conforme **IN do INSS 069/2002**, sob pena de retardar o processo de pagamento.

#### **14.0 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO**

14.1 - Os preços são firmes e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses, os preços contratuais poderão ser reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, com base no INCC – Índice Nacional da Construção Civil ou outro equivalente que venha a substituí-lo, caso este seja extinto.

14.2 - Qualquer reajuste somente poderá ocorrer nos termos dos Art. 2º e 3º da Lei Nº 10.192/2001 (que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica) respeitando a recomposição de preços nos moldes que dispõe o inciso XIV do Art.40 e inciso II, alínea "d" do Art. 65 da lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

#### **15.0 DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

15.1 - A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto desta licitação, nos locais estabelecidos Vide Projeto em anexo.

15.2 - A CONTRATADA deverá executar o objeto, de acordo com as especificações estabelecidas no ANEXO III – MEMORIAL DESCRITIVO - PLANO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PLANILHA DE CUSTO, BDI E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

#### **16.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

- a) Advertência.
- b) Multas de:

b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da LICITANTE VENCEDORA em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante

- b.2) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato, por dia de atraso na entrega/execução do objeto da licitação, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b.3) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da Secretaria de Infraestrutura, em caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias.
- b.4) Os valores das multas referidas nesta cláusula serão descontadas "ex-offício" da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à Secretaria de Infraestrutura Município de ACARAÚ/CE, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

## 17.0 DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 17.1 - O contrato firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos Art's. 77 a 80 da Lei no 8.666/93;
- 17.2- Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei no 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1o a 4o, da Lei citada.

## 18.0 DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 18.1 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o disposto no § 1o, do art. 65, da Lei de Licitações.

## 19.0 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 19.1 - Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação caberão recursos nos termos do art. 109 da Lei n.º 8.666/93.
- 19.2 - Os recursos deverão ser dirigidos a Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Acaraú/CE, interpostos mediante petição, devidamente arrazoada subscrita pelo representante legal da recorrente, que comprovará sua condição como tal.
- 19.3 - Os recursos relacionados com a habilitação e inabilitação da licitante e do julgamento das propostas deverão ser entregues a Presidente ou a um

dos Membros da Comissão Permanente de Licitação do Governo Municipal de ACARAÚ/CE - CE ou encaminhado por meio eletrônico, através do e-mail: [licitacao@acarau.ce.gov.br](mailto:licitacao@acarau.ce.gov.br), no devido prazo, não sendo conhecidos os interpostos fora dele.

19.4 - Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05(cinco) dias úteis.

19.5 - Decidido o recurso pela Comissão, sem provimento, deverá ser enviado, devidamente informado, à Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de ACARAÚ/CE - CE.

19.6 - Nenhum prazo de recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

19.7 - Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

## 20.0 - DA IMPUGNAÇÃO

20.1 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

20.2 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

20.3 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

20.4 - A impugnação poderá ser realizada por petição protocolada no endereço: Rua Major Coelho, 185, Centro - CEP: 62580-000 - ACARAÚ/CE - Ce. Sala da Comissão Permanente de Licitação - Prefeitura ou encaminhado por meio eletrônico, através do e-mail: [licitacao@acarau.ce.gov.br](mailto:licitacao@acarau.ce.gov.br), no devido prazo, não sendo conhecidos os interpostos fora dele.

## 21.0 DA FONTE DE RECURSOS

21.1 - As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de ACARAÚ/CE para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESA
07.01.15.451.0006.1.014.0000	4.4.90.51.00

## 22.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 - A apresentação da proposta implica na aceitação plena das condições estabelecidas nesta Concorrência Pública.

22.2 - A presente licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada ilegalidade no processo e/ou no seu julgamento, ou revogada por conveniência da Administração, por decisão fundamentada, em que fique evidenciada a notória relevância de interesse do Município, sem que caiba aos licitantes qualquer indenização;

22.3 - É vedado ao servidor dos órgãos e/ou entidades da Administração Pública Municipal de ACARAÚ/CE, Autarquias, Empresas Públicas ou Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal de ACARAÚ/CE, participar como licitante, direta ou indiretamente por si, por interposta pessoa, dos procedimentos desta Licitação.

22.4 - A homologação da presente Licitação será feita pelo Ordenador de Despesas da Secretaria de INFRAESTRUTURA do Município de ACARAÚ/CE, conforme dispõe o artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93;

22.5 - A CPL poderá conceder tolerância de até 15 (quinze) minutos de atraso após a hora marcada para o início da licitação.

22.6 - Os autos do presente Processo Administrativo de Concorrência ficarão à disposição para vistas e conferência dos interessados no endereço abaixo:

**Rua Major Coelho, 185, Centro – ACARAÚ/CE.**

Sala da Comissão Permanente de Licitação - Prefeitura.

22.8 - Os casos omissos desta Concorrência Pública serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação de Acaraú/CE, nos termos da legislação pertinente.

## 23.0 - DO FORO

23.1 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca de ACARAÚ/CE, Estado do Ceará, excluído qualquer outro.

ACARAÚ/CE, 18 DE NOVEMBRO DE 2021.

  
TIAGO FONTELES SOUZA  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

## ANEXO I

### MODELO DE CARTA DE PROPOSTA (PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

A  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAÚ/CE

Pela presente declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores, bem como às cláusulas e condições da modalidade Concorrência Pública Nº 0000.00/2021-CP.

Declaro ainda que, após a emissão dos documentos relativos à habilitação preliminar, não ocorreu fato que nos impeça de participar da mencionada licitação.

Assumo o compromisso de bem e fielmente executar/fornecer os serviços cotados abaixo, caso seja vencedor da presente licitação.

Objeto: conforme premissas apresentadas no Edital Convocatório.

Valor Global da Proposta: R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_)

Proponente:

\_\_\_\_\_

Endereço:

\_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_

Data de Abertura: \_\_\_\_\_

Hora da Abertura: \_\_\_\_\_

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Forma de Pagamento: Conforme Edital

Data:

\_\_\_\_\_

Assinatura do proponente

## ANEXO II MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O  
MUNICÍPIO DE ACARAÚ/CE  
ATRAVÉS DA SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO  
DE ACARAÚ/CE COM A EMPRESA  
\_\_\_\_\_ PARA O FIM  
QUE A SEGUIR SE DECLARA.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAÚ/CE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à - ACARAÚ/CE/Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.547.821/0001-91, através da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, neste ato representada pelo Ordenador de Despesas da Secretaria de Infraestrutura, Sr. \_\_\_\_\_, doravante denominado de **CONTRATANTE**, no final assinado, e do outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_ à Rua/Av \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_ - bairro \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ[MF] n.º \_\_\_\_\_, representada pelo Sr(a). \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF[MF] n.º \_\_\_\_\_, no final assinada, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com a Concorrência Pública nº \_\_\_\_\_, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal no 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os Contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir pactuadas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, MODALIDADE E REGIME DE EXECUÇÃO**

1.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para execução dos **SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO NA RUA DE ACESSO A PRAIA DA BARRINHA, JUNTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ/CE, DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.**

Conforme planilha orçamentária, parte integrante deste processo.

1.2 - A modalidade deste processo será: **Concorrência Pública.**

1.3 - O Regime de execução será: Indireta - Empreitada por preço Global.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Concorrência Pública nº 0000.00/2021-CP, devidamente homologado pelo Ordenador de Despesas da Secretaria de Infraestrutura, acima citado e ao fim assinado, Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como a proposta da Contratada, tudo parte integrante deste Termo Contratual, independente de transcrição.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1 - O valor global deste Contrato é de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), nele estando incluídas todas as despesas e custos necessários à sua perfeita execução, sendo pago mensalmente o valor de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), com base em medições aprovadas pela fiscalização da Secretaria de Infraestrutura do Município de ACARAÚ/CE, acompanhado da nota fiscal de serviços e fatura correspondente aos serviços efetivamente prestados, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços, a ser pago até o 10º dia após a entrega da fatura e nota fiscal.

## CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 - A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto desta licitação, nos locais estabelecidos, Vide Projeto em anexo.

4.2 - A CONTRATADA deverá executar o objeto, de acordo com as especificações estabelecidas no PLANO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, conforme disposto no Anexo III, do Edital.

## CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

5.1 - Os preços são firmes e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses, os preços contratuais poderão ser reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, com base no INCC - Índice Nacional da Construção Civil ou outro equivalente que venha a substituí-lo, caso este seja extinto.

5.2 - Qualquer reajuste somente poderá ocorrer nos termos dos Art. 2º e 3º da Lei Nº 10.192/2001 (que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica) respeitando a recomposição de preços nos moldes que dispõe o inciso XIV do Art.40 e inciso II, alínea "d" do Art. 65 da lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

6.1 - O presente contrato terá prazo de vigência da data de sua assinatura pelo período estabelecido em cada CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, com o prazo máximo de acordo com cronograma físico-financeiro, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do art. 57 da lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, caso seja justificável.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS**

7.1 - Os serviços objeto desta Concorrência Pública deverão ser executados no período estabelecido em cada CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

7.2 - Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela fiscalização da Prefeitura de ACARAÚ/CE.

7.3 - Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos à SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, até 05 (cinco) dias antes da data do término do prazo contratual.

7.4 - Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA do Município, não serão considerados como inadimplemento contratual.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

8.1 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o disposto no § 10, do art. 65, da Lei de Licitações.

## **CLÁUSULA NONA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

9.1 - O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente, com base em medições aprovadas pela fiscalização da Secretaria de Infraestrutura do Município de ACARAÚ/CE, acompanhado da nota fiscal de serviços, devendo ser apresentada pela contratada até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à execução dos serviços.

9.2 - Os pagamentos mensais dos serviços devidamente atestados, serão efetivados conforme a seguir:

- a) O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia a contar

da apresentação da nota fiscal, com a efetiva realização dos serviços de acordo com medições e aprovação da fiscalização da Secretaria de Infraestrutura do Município de ACARAÚ/CE, já descontado os Impostos devidos.

b) As medições serão mensais e procedidas até o 5º (quinto) dia útil dos meses subsequentes ao início à execução dos serviços, constante na Ordem de Serviços.

c) O pagamento da primeira fatura (1ª medição) fica condicionado à apresentação por parte da CONTRATADA dos documentos que seguem:

I - Registro junto CREA, ART - "Anotação de Responsabilidade Técnica" de execução do objeto contratual, conforme lei, perante a Prefeitura Municipal de ACARAÚ/CE, sob pena de retardar o processo de pagamento;

II - Matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS) da Previdência Social, referente ao objeto contratual, com a identificação da obra perante o INSS, conforme **IN do INSS 069/2002**, sob pena de retardar o processo de pagamento;

d) A Contratada por ocasião dos pagamentos ficará obrigada a apresentar todas as condições de habilitação no que tange a regularidade fiscal exigidas na Lei de Licitações, conjuntamente a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), referente a inscrição CEI do objeto contratual, conforme **IN do INSS 069/2002**, sob pena de retardar o processo de pagamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 - A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.2 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

10.3 - Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

10.4 - Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1 - Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos na Concorrência Pública nº 0000.00/2021-CP, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 11.2 - Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
- 11.3 - Utilizar profissionais devidamente habilitados;
- 11.4 - Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- 11.5 - Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção da obra, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- 11.6 - Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO;
- 11.7 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 11.8 - Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual;
- 11.9 - Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Prefeitura Municipal de ACARAÚ/CE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Prefeitura Municipal de ACARAÚ/CE;
- 11.10 - Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;
- 11.11 - Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;
- 11.12 - Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

- 11.13 - Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;
- 11.14 - Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;
- 11.15 - A CONTRATADA deverá colocar na obra como residente um Engenheiro Civil com experiência comprovada em execução de serviços semelhantes aos licitados.
- 11.16 - Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;
- 11.17 - Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;
- 11.18 - Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, sob pena de retardar o processo de pagamento;
- 11.19 - Registrar o Contrato decorrente desta licitação junto ao INSS, e apresentar a matrícula correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, sob pena de retardar o processo de pagamento;

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

- a) Advertência; e
- b) Multas de:

- b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da LICITANTE VENCEDORA em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante;
- b.2) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias.

b.4) O valor da multa referida nesta cláusulas serão descontadas "ex-offício" da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a Secretaria de INFRAESTRUTURA do Município de ACARAÚ/CE, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

13.1 - O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei no 8.666/93;

13.2- Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 79, Inciso I, da Lei no 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1o a 4o, da Lei citada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

14.1 - Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei no 8.666/93 e suas alterações;

14.2 - Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente;

14.3 - Os recursos serão protocolados na Prefeitura e encaminhados à Comissão de Licitação de Acaraú/CE.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FONTE DE RECURSOS**

15.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de ACARAÚ/CE para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

#### **DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

<b>DOTAÇÃO</b>	<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>
----------------	----------------------------

## CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

16.1 - Fiscalização será realizada por servidor a ser designado pela SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA do Município de ACARAÚ/CE para acompanhar a execução do serviço do objeto contratual.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro da Comarca de ACARAÚ/CE, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente contrato, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 - E, por estarem acertadas as partes firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.

ACARAÚ/CE/Ceará, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADO(A)**

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_

Nome:  
CPF:

02. \_\_\_\_\_

Nome:  
CPF:



## ANEXO III

### PROJETO BÁSICO (ANEXO)

# MEMORIAL DESCRITIVO - PLANO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS , PLANILHA DE CUSTO, BDI E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

## PROJETO BÁSICO

**Obra: PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO NA RUA DE ACESSO A PRAIA DA BARRINHA NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ-CE**

### OBJETIVO

Estas Especificações têm por objetivo estabelecer as condições técnicas (normas e especificações para materiais e serviços) que presidirão o desenvolvimento da Pavimentação Em Intertravado Na Rua De Acesso A Praia Da Barrinha No Município De Acaraú-Ce.

A relação dos serviços listados neste documento visa a melhoria no acesso a praia da barrinha de baixo, atendendo a demanda para a comunidade local, bem como fomentar o turismo no município. Os materiais, equipamentos e procedimentos empregados nos serviços deverão estar de acordo com as normas técnicas da ABNT, bem como deverão ser atendidas as medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho da construção e ou reforma, conforme NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual.

### CONTRATOS – DISPOSIÇÃO CONTRATUAIS

As disposições referentes a pagamento, paralisação da obra, prazos, reajustamentos, multas e sanções, recebimento ou rejeição de serviços, responsabilidades por danos a terceiros e, de modo geral, as relações entre a Prefeitura Municipal de Acaraú e a empreiteira, acham-se consubstanciadas no Edital de Licitação, no contrato e nos dispositivos legais concernentes à matéria. Estas especificações, os projetos e o orçamento da empreiteira fazem parte integrante do contrato, valendo como se nele estivessem transcritos, devendo esta circunstância constar do Edital de Licitação.

### PROJETOS



A execução das obras deverá obedecer à integral e rigorosamente aos projetos, especificações e detalhes que serão fornecidos ao construtor, com todas as características necessárias à perfeita execução dos serviços.

Compete à empreiteira fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os desenhos dos projetos arquitetônico, estrutural, de instalações, das especificações e demais documentos integrantes da documentação técnica fornecida pelo proprietário para execução da obra.

Dos resultados desta verificação preliminar deverá a empreiteira dar imediata comunicação escrita ao proprietário, apontando discrepâncias, omissões ou erros que tenha observado, inclusive sobre qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraço ao perfeito desenvolvimento das obras.

## **NORMAS**

Fazem parte integrante destas Especificações, independentemente de transcrição, todas as normas (NBRs) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como outras citadas no texto, que tenham relação com os serviços objeto do contrato.

## **ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA**

A empreiteira se obriga a, sob as responsabilidades legais vigentes, prestar toda a assistência técnica e administrativa necessária a imprimir andamento conveniente às obras e serviços.

A responsabilidade técnica da obra será de profissional pertencente ao quadro de pessoal da empresa, devidamente habilitado e registrado no CREA.

## **MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS**

Para as obras e serviços contratados, caberá à empreiteira fornecer e conservar o equipamento mecânico e o ferramental necessários e arremeter mão de obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres e encarregados que assegurem progresso satisfatório às obras. Serão ainda de responsabilidade da

empregueira o fornecimento dos materiais necessários, todos de primeira qualidade e em quantidade suficiente para conclusão das obras no prazo fixado em contrato. O construtor só poderá usar qualquer material depois de submetê-lo ao exame e aprovação da fiscalização, a quem caberá impugnar seu emprego, quando estiver em desacordo com as especificações e projetos. O emprego de qualquer marca de material não especificado e considerado como "similar" só se fará mediante solicitação por escrito do construtor e autorização também por escrito da fiscalização.

Se circunstâncias ou condições locais tomarem aconselhável a substituição de alguns dos materiais especificados por outros equivalentes, esta substituição poderá efetuar-se desde que haja expressado autorização, por escrito, da fiscalização, para cada caso particular.

Obriga-se o construtor a retirar do recinto das obras quaisquer materiais porventura impugnados pela fiscalização, dentro de um prazo não superior a 72 (setenta e duas horas) a contar da notificação.

Serão colocadas na obra pelo construtor as "placas da obra", com dimensões, detalhes e letreiros fornecidos pela Prefeitura (dimensão 3,00m x 4,00m). Além desta, serão colocadas placas em observância às exigências do CREA-CE, indicando nomes e atribuições dos responsáveis técnicos pela obra e pelos projetos. É vedada a afixação de placas de anúncios, emblemas ou propagandas.

Serão de responsabilidade do construtor os serviços de vigilância da obra, até que seja efetuado o recebimento provisório da mesma.

## FISCALIZAÇÃO

A Prefeitura manterá nas obras engenheiros e prepostos seus convenientes credenciados junto ao construtor e sempre adiante designados por fiscalização, com autoridade para exercer, em nome da Prefeitura, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização das obras e serviços de construção. As relações mútuas entre a Prefeitura e cada contratado serão mantidas por intermédio da fiscalização. A empregueira é obrigada a facilitar meticulosa fiscalização dos materiais e execução das obras e serviços contratados, facultando à fiscalização o acesso a todas as partes das obras.

Obriga-se, ainda, a facilitar a vistoria de materiais em depósitos ou quaisquer dependências onde se encontrem.

Qualquer reclamação da fiscalização sobre defeito essencial em serviço executado ou material posto na obra será feita ao construtor pelo fiscal através de notificação feita no livro de ocorrências da obra.

Caso as exigências contidas na notificação não sejam atendidas num prazo de 72 (setenta e duas horas), fica assegurado à fiscalização o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços, sem prejuízo das penalidades cabíveis ao construtor e sem que este tenha direito a qualquer indenização.

O construtor é obrigado a retirar da obra, imediatamente após recebimento de notificação da fiscalização, qualquer empregado, operário ou subordinado seu que, conforme disposto na citada notificação, tenha demonstrado conduta nociva ou incapacidade técnica.

A fiscalização e a construtora deverão promover e estabelecer o entrosamento dos diferentes serviços quando houver mais de uma firma contratada na mesma obra, de modo a proporcionar andamento harmonioso da obra em seu conjunto. Em casos complicados a fiscalização terá poderes para decidir as questões, de forma definitiva e sem apelação.

Todas as ordens de serviços e comunicações da fiscalização à empreiteira serão transmitidas por escrito e só assim produzirão seus efeitos. Com este fim o construtor manterá na obra um livro de ocorrências, no qual a fiscalização fará anotação de tudo o que estiver relacionado com a execução dos serviços contratados tais como alterações, dias de chuva, serviços extraordinários, reclamações e notificações de reparos, datas de concretagem e retiradas de forma e/ou escoramentos e demais elementos técnicos ou administrativos de controle da obra.

Após o recebimento provisório da obra, o livro de ocorrências será encerrado pela fiscalização e pela empreiteira e entregue a Prefeitura.

## INÍCIO

Os serviços serão iniciados dentro de no máximo (05 cinco) dias a contar da data de assinatura do contrato.

## PRAZO

O prazo para execução dos serviços será o que constar no contrato, de acordo com o estipulado nas instruções da Licitação.

### SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

Possíveis acréscimos de serviços a serem executados, deverão ser de prévio conhecimento e aprovação por escrito da fiscalização.

Os preços destes serviços serão os mesmos da proposta de preços do Construtor. Quando não constarem do orçamento original, serão pagos pelos preços vigentes à época de sua execução conforme tabela do SEINFRA vigente.

### SERVIÇOS SUPRIMIDOS

Os eventuais decréscimos de serviços, cuja não execução seja determinada pela Fiscalização, terão seus preços deduzidos do orçamento inicial pelo mesmo valor ali estipulado.

### TÉRMINO – RECEBIMENTOS

Quando as obras ficarem concluídas, de acordo com o contrato, será lavrado um Termo de Recebimento Provisório das mesmas. Este Termo será elaborado em três vias de igual teor, assinada pela comissão de recebimento designada pela Prefeitura devendo a terceira via ser entregue ao construtor.

O Termo de Recebimento definitivo das obras e serviços contratados será lavrado 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, desde que tenham sido atendidas todas as reclamações da fiscalização referentes a defeitos e imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento das obras e serviços executados.

À época do recebimento definitivo deverão estar solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento de operários, fornecedores de material e prestadores de serviços empregados na edificação, inclusive no que disser respeito à Previdência Social, CREA, FGTS, Imposto sobre Serviços, Imposto Sindical e PIS, bem como outras por acaso vigentes na época.

O Termo de Recebimento definitivo será lavrado em três vias de igual teor, assinada pela comissão de recebimento designada pela Prefeitura devendo a terceira via ser entregue ao construtor.

O prazo de responsabilidade civil pela execução e solidez da obra a que se refere o artigo 1245 do Código Civil Brasileiro (5 anos), será contado a partir da data do Termo de Recebimento definitivo.

## SEGURANÇA NO TRABALHO

### NORMAS

Deverão ser obedecidas todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho,

Deverá ser dada particular atenção ao cumprimento das exigências de proteção às partes móveis dos equipamentos e de se evitar que as ferramentas manuais sejam abandonadas sobre as passagens, escadas, andaimes e superfícies de trabalho, bem como para o que diz respeito à proibição de ligação de mais de uma ferramenta elétrica na mesma tomada de corrente.

### LICENÇAS E FRANQUIAS

O construtor é obrigado a obter todas as licenças, aprovações e franquias necessárias aos serviços que contratar, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e à segurança pública, bem como atender ao pagamento de seguro de pessoal, despesas decorrentes das leis trabalhistas e impostos, de consumo de água e energia e tudo o mais que diga respeito às obras e serviços contratados.

Obriga-se, ainda, ao cumprimento de quaisquer formalidades e ao pagamento de multas porventura impostas pelas autoridades, mesmo daquelas que, por força de dispositivos legais, sejam atribuídas ao proprietário.

A observância de leis, regulamentos e posturas a que se refere este item abrange também as exigências do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e, Arquitetura (CAU), especialmente no que se refere à colocação de placas contendo os nomes dos profissionais responsáveis pelos projetos e pela execução das obras.

Os comprovantes dos pagamentos mencionados neste item LICENÇAS E FRANQUIAS deverão ser exibidos à fiscalização mensalmente e por ocasião da emissão da última fatura, sob pena de serem as faturas retidas até o cumprimento desta obrigação.

## DISCREPÂNCIA E INTERPRETAÇÕES

Para efeito de interpretação entre os documentos contratuais, fica estabelecido que: Em caso de divergência entre a presente Especificação e o Contrato de Serviços, prevalecerá este último.

- Em caso de dúvidas quanto à interpretação desta Especificação ou dos desenhos dos projetos, as dúvidas serão dirimidas pela fiscalização.
- Em caso de divergência entre as cotas dos desenhos dos projetos e as dimensões medidas em escala, prevalecerão as primeiras.

## RECURSOS E ARBITRAGEM

De qualquer decisão da fiscalização sobre assuntos não previstos, nas especificações inerentes a cada obra ou no Contrato para execução dos serviços, caberá recurso à Secretaria de infraestrutura desta Prefeitura, para a qual deverá apelar a empreiteira todas as vezes que se julgue prejudicada.

## 2 - SERVIÇOS PRELIMINARES

Inicialmente será feita a mobilização dos equipamentos até a referida obra. Após isso será adquirida e instalada a placa da obra. Logo após, a Empresa executora da obra, através de sua equipe de topografia, irá fazer a locação da obra para execução dos serviços conforme projeto.

O trecho 01 e o contorno da praça encontram-se pavimentados em pedra tosca, essa pavimentação deverá ser retirada para a colocação da base e posterior assentamento do piso.

E empreiteira só poderá remover a pavimentação existente, se no mesmo dia conseguir laçar a base e liberar para tráfego.

A retirada da pavimentação existente deverá ser feita de forma cuidadosa, com vistas a preservar ao máximo os meios fios existentes e as calçadas.

Para armazenamento dos materiais da obra, serão instalados contêineres.

### 3 - MOVIMENTAM DE TERRA

O trechos não pavimentados do projeto deveram ter seu subleito regularizados, para posteriormente receber a base.

### 4- DRENAGEM

Toda a drenagem do projeto se dará pela superfície, exceção no trecho alagado, onde o bueiro existente será substituído.

Os meios fios de concreto moldado no local, serão aplicados nos trechos onde inexistente pavimentação, os mesmo deveram ter seção de 10 x 34 cm.

Os meios fios pré-moldados de concreto, seção de 7 x 30 cm, deveram ser usados na substituição dos meios fios que forem danificados na retirada da pavimentação e nos que já se encontram danificados.

As sarjetas deveram ser executadas junto ao meio fio, serão de concreto com resistência mínima de 10 fck, e possuirão a seção de 35 x 10 cm.

Todos os meios fios deveram ser caiados em duas demãos.

No trecho alagado, o bueiro existente deverá ser substituído por um bueiro tubular duplo com diâmetro de 100 cm, com boca.

### 5 – PAVIMENTAÇÃO

A pavimentação será realizada em intertravado tipo tijolinho com dimensões 20x10x8 cm, que serão assentados em colchão de pó de pedra.

A pavimentação terá base de brita graduada com espessura de 15 cm.

Nos locais onde forem indicados faixas de pedestres, o piso deverá ser elevado em 15 cm ou na altura das calçadas do local. O piso da faixa elevada, permanece o mesmo do pavimento. A rampa será realizada em concreto com resistência mínima de 10 fck e espessura de 10 cm, ela devera ficar travada entre meios fios pré-moldados, e terá comprimento de 150 cm.

A sinalização se dará através de pintura na pista. Toda pintura será realizada com tinta de demarcação a base de resina acrílica, com aplicação de micro esfera de vidro. As faixas terão 15 cm de espessura, nos bordos usará a cor branca, já no eixo, será tracejada na cor amarela. As faixas de pedestre serão na cor branca com dimensões conforme projeto.

As tachas refletivas bidirecionais na cor amarela, serão aplicada no eixo da pista com espaçamento de 2 metros.

#### **6 - LIMPEZA DA OBRA**

Após a conclusão total da obra a contratada deverá efetuar sua limpeza geral, colocando-a em condições de uso, devendo os detritos, equipamentos, ferramentas e instalações auxiliares serem removidas.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Todos os danos causados a serviços adjacentes, durante o andamento dos serviços especificados, deverão ser reparados sob total responsabilidade da Contratada.

Todos os casos que não se enquadrem nesse Memorial serão resolvidos conforme as determinações da Fiscalização

A obra será entregue em perfeito estado de limpeza e conservação.



Felipe Andrade Saraiva  
Engenheiro Civil



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO NA RUA DE ACESSO A PRAIA DA BARRINHA NO MUNICÍPIO DE ACARAU-CE

FONTE DOS PREÇOS:

TABELA SEINFRA 027.1 COM DESONERAÇÃO / ENCARGOS SOCIAIS: 65,20% (HORISTA) - 48,69% (MENSALISTAS) / BDI 24,06%

ORÇAMENTO CONSOLIDADO								
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT. S/ BDI INCLUSO (R\$)	PREÇO UNIT. C/ BDI INCLUSO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	
1		ADMINISTRAÇÃO DA OBRA				81.422,00		
1.1		ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	%	100,00	856,31	814,22	81.422,00	
2		SERVIÇOS PRELIMINARES				67.189,60		
2.1	C1937	PLACAS PADRÃO DE OBRA	M2	12,00	151,47	187,91	2.254,92	
2.2	C2873	LOCAÇÃO DA OBRA COM AUXÍLIO TOPOGRÁFICO (ÁREA ATÉ 5000 M2)	M2	7.763,09	0,26	0,32	2.484,19	
2.3	C2940	RETIRADA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO OU PEDRA TOSCA	M2	3.858,72	9,33	11,57	44.645,39	
2.4	C4994	LOCAÇÃO DE CONTÊINER ALMOXARIFADO COM PISO NAVAL - 6,00M X 2,35M	MES	10,00	627,53	778,51	7.785,10	
3		MOVIMENTO DE TERRA				10.307,54		
3.1	C3233	REGULARIZAÇÃO DO SUB-LEITO	M2	3.904,37	2,13	2,64	10.307,54	
4		OBRAS DE DRENAGEM				158.426,67		
4.1	C0385	BANQUETA/ MEIO FIO DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL	M	1.322,54	23,80	29,53	39.054,61	
4.2	C3449	MEIO FIO PRÉ MOLDADO (0,07x0,30x1,00)m C/REJUNTAMENTO	M	430,50	22,28	27,84	11.898,02	
4.3	C4291	CONCRETO MOLDADO "IN LOCO" FCK ACIMA DE 10 MPa, INCLUSIVE LANÇAMENTO E C	M3	102,81	653,36	810,56	83.333,67	
4.4	C0588	CAIAÇÃO EM DUAS DEMÃOS COM SUPERCAL	M2	302,88	4,50	5,58	1.690,07	
4.5	C0407	BOCA DE BUEIRO DUPLO TUBULAR D=100cm	UN	2,00	3.097,57	3.842,85	7.685,70	
4.6	C0887	CORPO DE BUEIRO DUPLO TUBULAR D= 100cm	M	12,00	991,70	1.230,30	14.783,60	
5		PAVIMENTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO				789.000,00		
5.1	C4917	PISO INTERTRAVADO TIPO TJOLINHO (20X10X8)CM 35MPa, COR CINZA - COMPACTAÇ	M2	6.875,98	59,93	74,35	511.229,11	
5.2	C3132	BASE DE BRITA GRADUADA (S/TRANSP)	M3	1.212,94	121,41	150,62	182.693,02	
5.3	C3311	TRANSPORTE COMERCIAL EM RODOVIA PAVIMENTADA (Y = 0,36X)	T	2.062,00	28,08	34,84	71.840,08	

5.4	C3220	FAIXA HORIZONTAL/TINTA REFLETIVA/RESINA ACRÍLICA	M2	570,16	21,05	26,11	14.886,88
5.5	C3236	SÍMBOLOS NO PAVIMENTO/RESINA ACRÍLICA	M2	195,60	25,94	32,18	6.294,41
5.6	C4527	TACHA REFLETIVA BIDIRECIONAL - FORNECIMENTO/APLICAÇÃO	UN	465,00	21,04	26,10	12.136,50
6		LIMPEZA DA OBRA				9.548,05	
6.1	C3447	LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA	M2	7.762,64	0,99	1,23	9.548,05

<b>TOTAL GERAL O/ BDI INCLUSO (R\$)</b>							<b>1.115.953,86</b>
---	--	--	--	--	--	--	---------------------

  
 Felipe Andrade Sarajva  
 Engenheiro Civil





PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAÚ

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO NA RUA DE ACESSO A PRAIA DA BARRINHA NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ-CE  
FONTE DOS PREÇOS:  
TABELA SINIFRA 027.1 COM DESONERAÇÃO / ENCARGOS SOCIAIS: 85,20% (HORISTA) - 48,69% (MENSALISTAS) / BDI 24,06%

MEMORIAL DE CÁLCULO							
<b>2 SERVIÇOS PRELIMINARES</b>							
SUBITEM	DESCRIÇÃO					UNID.	QUANT.
2.1	PLACAS PADRÃO DE OBRA					M2	12,00
QUANTITATIVO							
DESCRIÇÃO			LARGURA	ALTURA	QUANT.	=	TOTAL
PLACA DA OBRA			4,00	3,00	1,00	=	12,00
					TOTAL	=	12,00
SUBITEM	DESCRIÇÃO					UNID.	QUANT.
2.2	LOCAÇÃO DA OBRA COM AUXÍLIO TOPOGRÁFICO (ÁREA ATÉ 5000 M2)					M2	7.763,09
QUANTITATIVO							
DESCRIÇÃO		ÁREA	EXTENSÃO	LARGURA		=	TOTAL
trecho 01		2.903,45	480,00	6,31		=	2.902,60
trecho 02		2.817,60	480,61	6,00		=	2.817,60
condorno praça		955,83	145,75	6,58		=	956,12
condorno igreja		1.085,96	191,68	5,67		=	1.086,71
					TOTAL	=	7.763,09
SUBITEM	DESCRIÇÃO					UNID.	QUANT.
2.3	RETIRADA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO OU PEDRA TOSCA					M2	3.658,72
QUANTITATIVO							
DESCRIÇÃO		ÁREA	EXTENSÃO	LARGURA		=	TOTAL
trecho 01		2.903,45	480,00	6,31		=	2.902,60
condorno praça		955,83	145,75	6,58		=	956,12
					TOTAL	=	3.858,72
SUBITEM	DESCRIÇÃO					UNID.	QUANT.
2.4	LOCAÇÃO DE CONTÊINER ALMOXARIFADO COM PISO NAVAL - 8,00M X 2,35M					MÊS	10,00
QUANTITATIVO							
DESCRIÇÃO				MÊS	QUANT.	=	TOTAL
contêiner				6,00	2,00	=	10,00
					TOTAL	=	10,00
<b>3 MOVIMENTO DE TERRA</b>							
SUBITEM	DESCRIÇÃO					UNID.	QUANT.
3.1	REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO					M2	3.904,37
QUANTITATIVO							
DESCRIÇÃO		ÁREA	EXTENSÃO	LARGURA		=	TOTAL
trecho 02		2.817,66	480,61	6,00		=	2.817,66
condorno igreja		1.085,96	191,68	5,67		=	1.086,71
					TOTAL	=	3.904,37
<b>4 OBRAS DE DRENAGEM</b>							
SUBITEM	DESCRIÇÃO					UNID.	QUANT.
4.1	BANQUETA/MEIO FIO DE CONCRETO					M	1.322,54
QUANTITATIVO							
DESCRIÇÃO			EXTENSÃO	REPETIÇÃO		=	TOTAL
trecho 02			480,61	2,00		=	961,22
condorno igreja			191,68	2,00		=	383,32
				TOTAL		=	1.322,54
SUBITEM	DESCRIÇÃO					UNID.	QUANT.
4.2	MEIO FIO PRÉ MOLDADO (0,07x0,30x1,00)m					M	430,50
QUANTITATIVO							
DESCRIÇÃO	TAXA	EXTENSÃO	LARGURA	ALTURA	REPETIÇÃO	=	TOTAL
trecho 01	20%	480,00			2,00	=	184,00
condorno praça	20%	145,75			2,00	=	58,30
fossa elevada F1		23,60			4,00	=	94,40
fossa elevada F2		19,30			2,00	=	38,60
fossa elevada F3		13,80			4,00	=	55,20
					TOTAL	=	430,50

SUBITEM	DESCRIÇÃO						UNID.	QUANT.
4.3	CONCRETO MOLDADO "IN LOCO" FCK						M3	102,81
<b>QUANTITATIVO</b>								
DESCRIÇÃO		EXTENSÃO	LARGURA	ALTURA	REPETIÇÃO	=	TOTAL	
trecho 01		460,00	0,35	0,10	2,00	=	32,20	
trecho 02		489,61	0,35	0,10	2,00	=	32,87	
contorno praça		145,75	0,35	0,10	2,00	=	10,20	
contorno igreja		191,66	0,35	0,10	2,00	=	13,42	
faixa elevada rampa		94,10	1,50	0,10	1,00	=	14,12	
							TOTAL	= 102,81
SUBITEM	DESCRIÇÃO						UNID.	QUANT.
4.4	CAIAÇÃO EM DUAS DEMÃOIS COM SUPERCAL						M2	302,88
<b>QUANTITATIVO</b>								
DESCRIÇÃO		EXTENSÃO	LARGURA	ALTURA	REPETIÇÃO	=	TOTAL	
trecho 01		460,00		0,25	2,00	=	230,00	
contorno praça		145,75		0,25	2,00	=	72,88	
							TOTAL	= 302,88
SUBITEM	DESCRIÇÃO						UNID.	QUANT.
4.5	BOCA DE BUEIRO DUPLO TUBULAR D=100cm						UN	2,00
<b>QUANTITATIVO</b>								
DESCRIÇÃO		EXTENSÃO	LARGURA	ALTURA	REPETIÇÃO	=	TOTAL	
trecho 02					2,00	=	2,00	
							TOTAL	= 2,00
SUBITEM	DESCRIÇÃO						UNID.	QUANT.
4.6	CORPO DE BUEIRO DUPLO TUBULAR D=100cm						M	12,00
<b>QUANTITATIVO</b>								
DESCRIÇÃO		EXTENSÃO	LARGURA	ALTURA	REPETIÇÃO	=	TOTAL	
trecho 02		12,00				=	12,00	
							TOTAL	= 12,00
<b>5 PAVIMENTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO</b>								
SUBITEM	DESCRIÇÃO						UNID.	QUANT.
5.1	PISO INTERTRAVADO TIPO TUOLINHO						M2	6.875,98
<b>QUANTITATIVO</b>								
DESCRIÇÃO		DESCONTO <i>carreta</i>	AREA	EXTENSÃO	LARGURA	=	TOTAL	
trecho 01		322,00	2.903,40	480,00	6,31	=	2.581,45	
trecho 02		328,73	2.817,66	489,61	6,50	=	2.488,93	
contorno praça		102,03	955,83	145,75	6,58	=	853,80	
contorno igreja		134,16	1.085,96	191,66	5,67	=	951,80	
							TOTAL	= 6.875,98
SUBITEM	DESCRIÇÃO						UNID.	QUANT.
5.2	BASE DE BRITA GRADUADA (S-TRANS)						M3	1.212,94
<b>QUANTITATIVO</b>								
DESCRIÇÃO		AREA	EXTENSÃO	LARGURA	ALTURA	=	TOTAL	
trecho 01			480,00	6,29	0,15	=	434,01	
trecho 02			489,61	6,00	0,15	=	422,65	
contorno praça			145,75	6,82	0,15	=	144,73	
contorno igreja			191,66	5,67	0,15	=	183,01	
faixa elevada F1			23,60	4,00	0,15	=	14,16	
faixa elevada F2		174,00			0,15	=	26,10	
faixa elevada F3			13,80	4,00	0,15	=	8,28	
							TOTAL	= 1.212,94
SUBITEM	DESCRIÇÃO						UNID.	QUANT.
5.3	TRANSPORTE COMERCIAL EM RODOVIA PAVIMENTADA (V = 0,36X) DMT 78 KM						T	2.062,00
<b>QUANTITATIVO</b>								
DESCRIÇÃO				VOLUME	DENSIDADE	=	TOTAL	
base em brita graduada				1.212,94	1,70	=	2.062,00	
							TOTAL	= 2.062,00
SUBITEM	DESCRIÇÃO						UNID.	QUANT.
5.4	Faixa HORIZONTAL/TINTA REFLETIVA/RESINA ACRILICA						M2	570,16
<b>QUANTITATIVO</b>								
DESCRIÇÃO			EXTENSÃO	LARGURA	QUANT.	=	TOTAL	
trecho 01			480,00	0,15	3,00	=	207,00	
trecho 02			489,61	0,15	3,00	=	211,32	

contorno praça		145,75	0,15	3,00	=	438,75
contorno igreja		191,66	0,15	3,00	=	574,98
<b>TOTAL</b>						<b>= 1013,73</b>
<b>SUBITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>				<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>
5.5	SÍMBOLOS NO PAVIMENTO/RESINA ACRÍLICA				M2	100,00
<b>QUANTITATIVO</b>						
<b>DESCRIÇÃO</b>			<b>EXTENSÃO</b>	<b>LARGURA</b>	<b>QUANT</b>	<b>= TOTAL</b>
faixa elevada F1			23,60	4,00	1,00	= 94,40
faixa elevada F2			11,50	4,00	1,00	= 46,00
faixa elevada F3			13,90	4,00	1,00	= 55,20
<b>TOTAL</b>						<b>= 195,60</b>
<b>SUBITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>				<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>
5.6	TACHA REFLETIVA BIDIRECCIONAL FORNECIMENTO/APLICACÃO				UN	465,00
<b>QUANTITATIVO</b>						
<b>DESCRIÇÃO</b>			<b>EXTENSÃO</b>	<b>LARGURA</b>	<b>QUANT</b>	<b>= TOTAL</b>
trecho 01 EXO A CADA 2 METROS			400,00		0,50	= 200,00
trecho 02 EXO A CADA 2 METROS			489,61		0,50	= 244,81
<b>TOTAL</b>						<b>= 444,81</b>
<b>5 LIMPEZA DA OBRA</b>						
<b>SUBITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>				<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>
5.1	LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA				M2	7.762,64
<b>QUANTITATIVO</b>						
<b>DESCRIÇÃO</b>			<b>EXTENSÃO</b>	<b>LARGURA</b>	<b>=</b>	<b>TOTAL</b>
trecho 01			400,00	6,29	=	2.516,40
trecho 02			489,61	6,00	=	2.937,66
contorno praça			145,75	5,62	=	819,87
contorno igreja			191,66	5,67	=	1.086,71
<b>TOTAL</b>						<b>= 7.360,64</b>

Felipe Antônio Cabral  
 Engenheiro Civil



PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAU

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO NA RUA DE ACESSO A PRAIA DA BARRINHA NO MUNICÍPIO DE ACARAU-CE

FONTE DOS PREÇOS:

TABELA SEINFRA 027.1 COM DESONERAÇÃO / ENCARGOS SOCIAIS: 85,20% (HORISTA) - 48,69% (MENSALISTAS) / BDI 24,06%

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO													
ITEM	DESCRIÇÃO	%	VALOR (R\$)	30 DIAS		60 DIAS		90 DIAS		120 DIAS		150 DIAS	
				%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)
1.0	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	7,30%	81.422,00	22,00%	17.912,84	25,00%	20.355,50	24,00%	19.541,28	17,00%	13.641,74	12,00%	9.770,64
2.0	SERVÍCIOS PRELIMINARES	5,12%	57.169,60	50,00%	28.584,80	30,00%	17.150,88	14,40%	8.232,42	2,80%	1.600,75	2,80%	1.600,75
3.0	MOVIMENTO DE TERRA	0,92%	10.307,54	100,00%	10.307,54	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
4.0	OBRAS DE DRENAGEM	14,20%	158.426,67	15,00%	23.764,00	20,00%	31.685,33	20,00%	31.685,33	20,00%	31.685,33	35,00%	55.449,33
5.0	PAVIMENTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO	71,61%	799.080,00	20,00%	159.816,00	25,00%	199.770,00	25,00%	199.770,00	20,00%	159.816,00	10,00%	79.908,00
6.0	LIMPEZA DA OBRA	0,86%	9.548,05	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	100,00%	9.548,05
TOTAL GERAL DA OBRA C/ BDI (R\$)				21,54%	240.385,18	24,11%	268.961,71	23,24%	259.229,03	18,55%	206.943,02	14,00%	156.276,77

TOTAL GERAL DA OBRA C/ BDI (R\$) / 1.115.993,86

  
 Felipe Andrade Sampaio  
 Engenheiro Civil





PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAU

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO NA RUA DE ACESSO A PRAIA DA BARRINHA, NO MUNICÍPIO DE ACARAU-CE

FONTE DOS PREÇOS:

TABELA SEINFRA 027.1 COM DESONERAÇÃO / ENCARGOS SOCIAIS: 85,20% (HORISTA) - 48,69% (MENSALISTAS) / BDI: 24,06%

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA SEINFRA 027.1			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO	
		HORISTA (%)	MENSALISTA (%)
<b>GRUPO A - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS</b>			
A1	INSS	0,00%	0,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
<b>A</b>	<b>TOTAL</b>	<b>16,80%</b>	<b>16,80%</b>
<b>GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS C/ INCIDÊNCIA DE A</b>			
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	17,85%	0,00%
B2	FERIADOS	3,71%	0,00%
B3	AUXÍLIO ENFERMIDADE	0,92%	0,71%
B4	13º SALÁRIO	10,83%	6,33%
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,07%	0,06%
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,72%	0,56%
B7	DIAS DE CHUVAS	1,55%	0,00%
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,11%	0,08%
B9	FÉRIAS GOZADAS	9,18%	7,07%
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,03%	0,02%
<b>B</b>	<b>TOTAL</b>	<b>44,57%</b>	<b>16,64%</b>
<b>GRUPO C - ENCARGOS SOCIAIS S/ INCIDÊNCIA DE A</b>			
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	5,60%	4,31%
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,13%	0,10%
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	4,40%	3,39%
C4	DEPÓSITO RESCISÃO S/ JUSTA CAUSA	4,81%	3,70%
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,47%	0,36%
<b>C</b>	<b>TOTAL</b>	<b>15,41%</b>	<b>11,86%</b>
<b>GRUPO D</b>			
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	7,55%	2,83%
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,47%	0,36%
<b>D</b>	<b>TOTAL</b>	<b>8,02%</b>	<b>3,19%</b>
<b>TOTAL (A+B+C+D)</b>		<b>85,20%</b>	<b>48,69%</b>

Felipe Andrade Saraiva  
Engenheiro Civil

4



PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAU

**BDI**

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO NA RUA DE ACESSO A PRAIA DA BARRINHA, NO MUNICÍPIO DE ACARAU-CE

FONTE DOS PREÇOS:

TABELA SEINFRA 027.1 COM DESONERAÇÃO / ENCARGOS SOCIAIS: 85,20% (HORISTA) - 48,60% (MENSALISTAS) / BDI: 24,06%

**COMPOSIÇÃO DE BDI**

COO.	Despesas Indiretas	%
AC	Administração central	4,00%
G	Garantia/seguros	0,80%
R	Risco	0,80%

COO.	Despesas financeiras	%
DF	Despesas financeiras	1,02%

COO.	Benefício	%
L	Lucro	8,94%

COO.	Impostos S/ CPRB	%
11	PIS	0,25%
12	COFINS	3,00%
13	IRPJ	5,00%

**B.D.I. CALCULADO COM CPRB = 24,06%**

Formula do B.D.I. indicada pelo TCU

$$BDI = [(1+AC+S+G+R)(1+DF)(1+L)(1-I)] - 1$$

Felipe Andreia Sampaio  
Engenheiro Civil

T



PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAÚ

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO NA RUA DE ACESSO A PRAIA DA BARRINHA NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ-CE

FONTE DOS PREÇOS:

TABELA SINIFRA 027.1 COM DESCONEGAÇÃO / ENCARGOS SOCIAIS: 85,20% (HORISTA) - 48,69% (MENSALISTAS) / BDI 27,12%

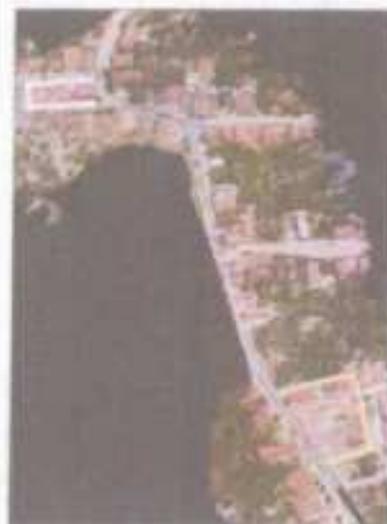
Código	Descrição	Unidade	Coefficiente	Preço	Total
18600	ALMOXARIFE	HxMÊS	-	3.566,72	-
18599	APONTADOR	HxMÊS	-	3.558,82	-
18598	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	HxMÊS	-	2.806,47	-
18595	AUXILIAR DE TOPOGRAFIA	HxMÊS	-	2.806,46	-
18596	AUXILIAR DE LABORATORIO (COM ENCARGOS INCLUSOS)	HxMÊS	-	2.806,47	-
18601	CADISTA	HxMÊS	-	4.914,58	-
18610	COMPUTADOR	UNxMÊS	-	170,00	-
18591	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	HxMÊS	-	4.715,08	-
18590	ENCARREGADO GERAL/MESTRE DE OBRA	HxMÊS	1,00	5.868,92	5.868,92
18602	ENFERMEIRO	HxMÊS	-	4.823,00	-
18585	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	HxMÊS	-	18.382,82	-
18584	ENGENHEIRO JÚNIOR	HxMÊS	0,50	14.514,46	7.257,23
18583	ENGENHEIRO PLENO	HxMÊS	-	18.382,82	-
18582	ENGENHEIRO SÊNIOR	HxMÊS	-	23.218,26	-
18600	ENGENHEIRO COORDENADOR	HxMÊS	-	26.475,01	-
18609	EQUIPAMENTOS DE LABORATORIO	UNxMÊS	-	2.850,00	-
18597	GÊRENTE ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	HxMÊS	-	6.129,39	-
18611	IMPRESSORA	UNxMÊS	-	15,00	-
110255	PLANO DE TELEFONIA + INTERNET	MÊS	-	100,00	-
18594	LABORATORISTA	HxMÊS	-	4.387,45	-
18589	MÉDICO DO TRABALHO	HxMÊS	-	11.251,25	-
18603	MOTORISTA	HxMÊS	-	3.098,10	-
18593	NIVELADOR	HxMÊS	-	4.388,18	-
18612	PLOTTER	UNxMÊS	-	320,00	-
18604	SERVENTE	HxMÊS	-	2.914,24	-
18587	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO	HxMÊS	-	6.042,02	-
18588	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	HxMÊS	-	4.523,09	-
18592	TOPOGRAFO	HxMÊS	-	5.347,88	-
18614	TELEFONE MÓVEL	UNxMÊS	-	230,00	-
18606	VEÍCULO LEVE C/ COMBUSTIVEL E MOTORISTA	UNxMÊS	-	6.440,00	-
18617	VIGIA	HxMÊS	-	2.946,84	-
12294	ÁGUA	M3	-	4,63	-
12321	ENERGIA ELETRICA	KWH	-	0,77	-
<b>TOTAL SIMPLES</b>					<b>13.126,15</b>

TOTAL PARA	5,00 MESES	65.630,75
FRAÇÃO DE	100%	656,31
BDI:	24,00%	157,91
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>814,22</b>

  
 Felipe Andrade Sarathy  
 Engenheiro Civil



PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE EM PEDRA  
NO ENTORNO DA PRAÇA: 955,83 m<sup>2</sup>



IMAGENS AERIANAS

01 PRAÇA DO FINAL DO TRECHO  
BENEFICIA

QUADRO DE ÁREAS	
TODA PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE EM PEDRA	2004,28 m <sup>2</sup>
PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE EM PEDRA NO TRECHO	2004,28 m <sup>2</sup>
TRECHO NÃO PAVIMENTADO	1980,96 m <sup>2</sup>
PAVIMENTAÇÃO EXISTE EM PEDRA NO ENTORNO DA PRAÇA	955,83 m <sup>2</sup>

Legenda	
Cores das áreas:	
[Cinza]	Asfalto
[Verde]	Árvore
[Amarelo]	Água
[Azul]	Outro
Símbolos:	
[Linha tracejada]	Limite da propriedade
[Linha pontilhada]	Limite da rua



PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA EXISTENTE  
2.903,45 m<sup>2</sup>

PERCURSO NÃO PAVIMENTADO  
1085,96 m<sup>2</sup>

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE

IGREJA



02 PRAÇA DA IGREJA  
BENEFICIA

Handwritten signature in blue ink.



Município de Araçuaí - Comissão Municipal de Planejamento Urbano

Município de São João del-Rei - Comissão Municipal de Planejamento Urbano

Projeto de Urbanização de Loteamentos

Projeto de Urbanização de Loteamentos

Projeto de Urbanização de Loteamentos

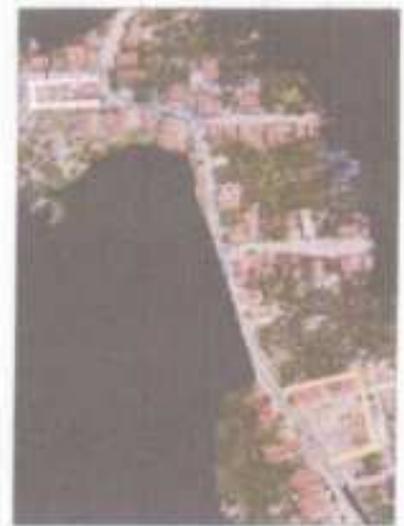
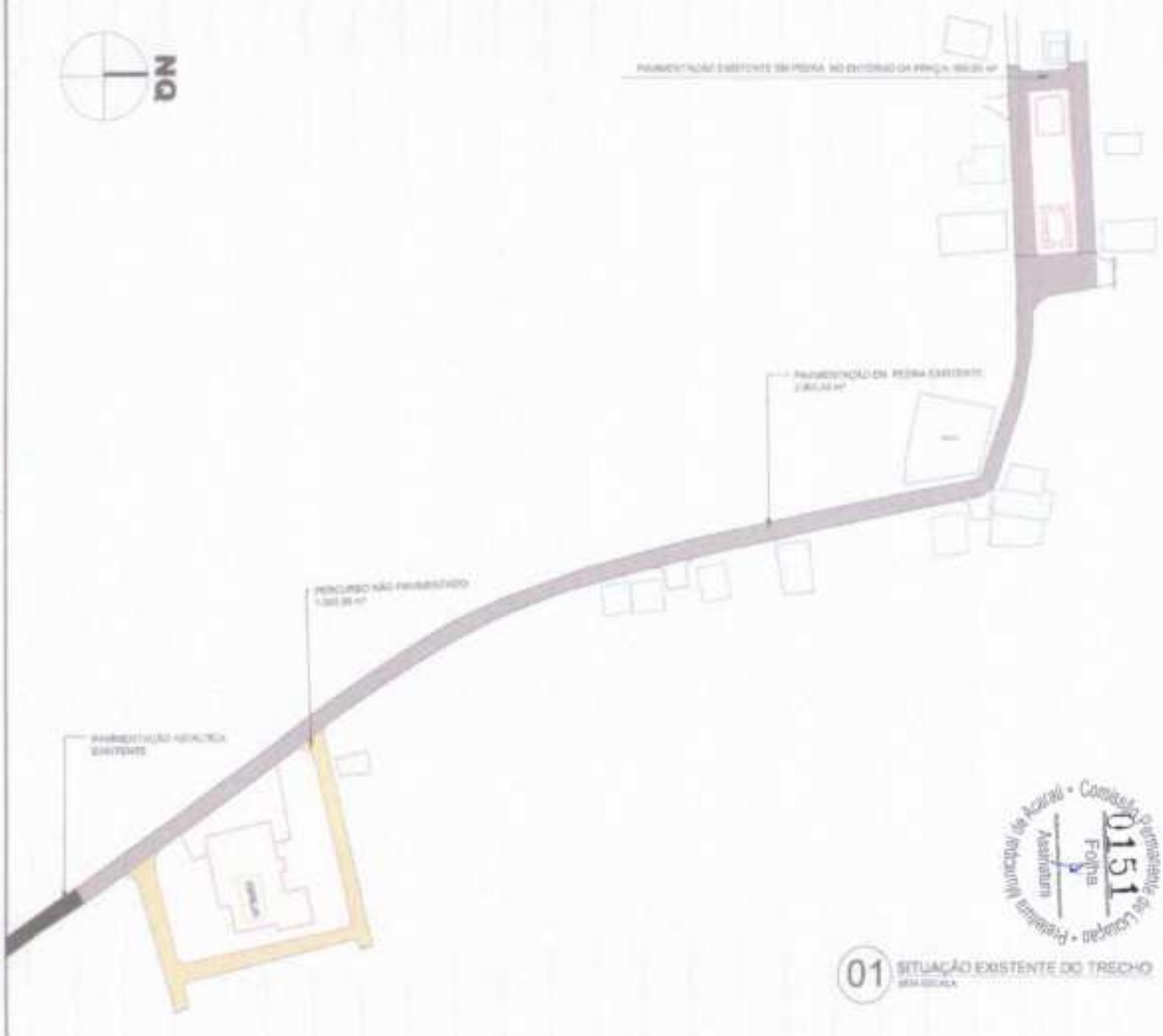


PARCELA 01 EXISTENTE EM PÉTIMA NO EXISTENTE DA PÉTIMA 01 1000 M<sup>2</sup>

PARCELA 02 EXISTENTE (2800 M<sup>2</sup>)

PERCURSO NÃO PERMITIDO 1.300 M<sup>2</sup>

PARCELA 03 EXISTENTE



INTERVALO DE 1:500

**Legenda**

**Elementos Gráficos**

- Parcela
- Percurso
- Área não permitida

**Elementos Gráficos**

- Edifícios existentes
- Área não permitida

**Coordenadas UTM**

Proj. UTM - Zona 18 S  
Datum: SAD 69  
Escala: 1:500000,000

**Escala Gráfica**



**01** SITUAÇÃO EXISTENTE DO TRECHO DEMONSTRADO

**Assinatura**

**Assinatura**

PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO DE BENS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 156 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20030-900

Telefone: (21) 250-2000

Fax: (21) 250-2000



01 PAVIMENTAÇÃO ED - E 15  
ESCALA: 1:500



ÁREA AO ENTORNO DA PRAÇA

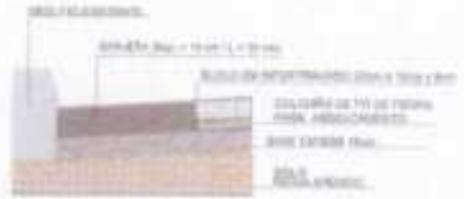
AREA AO ENTORNO DA  
PRAÇA DA IGREJA 1.085,96 m<sup>2</sup>

Símbolos convencionais	
[Symbol]	Área
[Symbol]	Calçada
[Symbol]	Verde
[Symbol]	Área
[Symbol]	Área
Símbolos de projeto	
[Symbol]	Limite de intervenção
[Symbol]	Área de intervenção

Escala Gráfica										
0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100
Metros										



02 SEÇÃO TIPO  
ESCALA: 1:10



03 DETALHAMENTO DA SEÇÃO TIPO  
ESCALA: 1:10



Handwritten signature and official stamps of the Municipality of Acaraji, including the coat of arms and project information.









Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO  
Nº CE20210856611

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL



1. Responsável Técnico  
FELIPE ANDRADE SARAIVA  
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 0810640445  
Registro: 480720 CE

2. Dados do Contrato  
Contratante: Prefeitura Municipal de Acaraú - CE  
AVENIDA nicodemus araújo  
Complemento:  
Cidade: ACARAÚ

Bairro: Vereador antônio lino de sil  
UF: CE

CPF/CNPJ: 23.664.142/0001-08  
Nº: 2100  
CEP: 6250000

Contrato: 0992021  
Valor: R\$ 1,00  
Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE

Celebrado em: 02/08/2021  
Tipo de contratante: Pessoa Jurídica

3. Dados da Obra/Serviço  
RUA na principal barrinha de baías  
Complemento:

Bairro: aranaú  
UF: CE

Nº: 08  
CEP: 6250000  
Coordenadas Geográficas: -48.810003, -48.351660  
Código: Não Especificada  
CPF/CNPJ: 23.664.142/0001-08

Data de Início: 31/08/2021

Previsão de término: 31/12/2022

Coordenadas Geográficas: -48.810003, -48.351660

Finalidade: Infraestrutura

Código: Não Especificada

Proprietário: Prefeitura Municipal de Acaraú - CE

CPF/CNPJ: 23.664.142/0001-08

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

14 - Projeto - PLANEJAMENTO URBANO, METROPOLITANO E REGIONAL - REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS - DE REQUALIFICAÇÃO - R10.7.1.1 - DE ÁREA (URBANA)

Quantidade  
7.763,00

Unidade  
m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO NA RUA DE ACESSO A PRIMA DA BARRINHA, NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ-CE

6. Declarações

- Declara que estou ciente das regras de acessibilidade previstas nos normos técnicos da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO CEARÁ (SINDEC-CE)

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

FELIPE ANDRADE SARAIVA - CPF: 0810640445-08

Local \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
ano \_\_\_\_\_ mês \_\_\_\_\_

Prefeitura Municipal de Acaraú - CE - CEP: 62500000

9. Informações

\* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do CREA

10. Valor

Valor da ART: R\$ 88,78 Registrada em: 15/08/2021 Valor pago: R\$ 88,78 Número: 8214857390

A anotação de responsabilidade técnica (ART) pode ser verificada em: <https://portal.crea-ce.org.br/portal/ver-art>, com o código: 8214857390  
Impressa em: 21/08/2021 às 15:09:51 por: sp: 177.21.36.214

www.crea.org.br  
Tel: (85) 3455-5800

teleatendimento@crea.org.br  
Fax: (85) 3455-5804

CREA-CE  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará



## ANEXO IV

### MODELOS DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

#### DECLARAÇÃO

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório nº \_\_\_\_\_, junto ao Município de ACARAÚ/CE, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Federal Nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no D. O. U. de 28/10/1999, e ao Inciso \_\_\_\_III, do Artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

...../...../.....

DECLARANTE

---



## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL

#### DECLARAÇÃO

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de ACARAÚ/CE, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

...../...../.....

DECLARANTE



## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

#### DECLARAÇÃO

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de ACARAÚ/CE, Estado do Ceará, que não existe superveniência de fato impeditivo da habilitação ou redução na sua capacidade financeira que venha a afetar as exigências contidas no edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

...../...../.....

DECLARANTE

## ANEXO VII

### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

#### DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para todos os fins e sob as penas da lei que:

I – Serão responsáveis técnicos pelos serviços objeto do certame em referência, os profissionais abaixo relacionados e que essa indicação está em consonância com as Resoluções do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia.

II – Esses profissionais pertencem ao nosso quadro técnico de profissionais permanentes, tudo de acordo com as leis trabalhistas vigentes, e que nenhum deles é responsável técnico de outra empresa participante da licitação.

Nome:

Especialidade:

Assinatura do Responsável Técnico:

CREA nº

Data de Registro:

Nome:

Especialidade:

Assinatura do Responsável Técnico:

CREA nº

Data de Registro:

...../...../.....

DECLARANTE